

JOEL DE MENEZES NIEBUHR

## PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

8ª edição revista, ampliada e atualizada de  
acordo com o Decreto nº 10.024/19

### Área específica da obra

Direito Administrativo

### Áreas afins do livro

Licitações e Contratos Administrativos

### Público-alvo/consumidores da obra

Pregoeiros

Assessores e procuradores de órgãos e entidades da  
Administração Pública  
Advogados privados que militam na área de licitações  
e contratos

**FORMATO:** 17,0 X 24,0 cm

**CÓDIGO:** 10001679



JOEL DE MENEZES NIEBUHR

## PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

8ª EDIÇÃO

REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA DE ACORDO COM O

**DECRETO Nº 10.024/19**

**FORUM**

*Pregão Presencial e Eletrônico* é obra consagrada e indispensável nas prateleiras daqueles que militam no Direito Administrativo e, especialmente, para os que atuam com licitações e contratos. Esta 8ª edição é atualizada com base no Decreto Federal nº 10.024/19, que trouxe novo modelo de pregão eletrônico. O autor aborda a modalidade pregão de forma sistêmica, tanto na sua forma presencial quanto eletrônica, em linguagem fácil e prática, com ampla análise crítica da jurisprudência dos órgãos de controle, destacando os julgados do Tribunal de Contas da União.

N665p Niebuhr, Joel de Menezes

Pregão presencial e eletrônico / Joel de Menezes Niebuhr. 8. ed. rev., ampl e atual.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

412p.; 17 cm x 24cm  
ISBN: 978-85-450-0728-9

1. Direito Administrativo. 2. Pregões. I. Título.

CDD 341.3  
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NIEBUHR, Joel de Menezes. *Pregão presencial e eletrônico*. 8. ed. rev., ampl e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 412p. ISBN 978-85-450-0728-9.

## Joel de Menezes Niebuhr

Advogado especializado em licitações e contratos, sócio da Menezes Niebuhr Advogados Associados. Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFSC. Autor dos livros “Princípio da Isonomia na Licitação Pública” (Florianópolis: Obra Jurídica, 2000); “O Novo Regime Constitucional da Medida Provisória” (São Paulo: Dialética, 2001); “Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015), “Pregão Presencial e Eletrônico” (8ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019), “Registro de Preços: aspectos práticos e jurídicos” (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, em coautoria com Edgar Guimarães), “Licitação Pública e Contrato Administrativo” (4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015) e “Licitações e Contratos das Estatais” (Belo Horizonte: Fórum, 2018, em coautoria com Pedro de Menezes Niebuhr), além de diversos artigos e ensaios publicados em revistas especializadas.

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I PREGÃO – PARTE GERAL

1	O QUE É O PREGÃO? .....	21
1.1	Uso comum da palavra pregão .....	21
1.2	Conceito operacional de “pregão” .....	21
1.3	Pregão presencial e pregão eletrônico .....	22
1.4	As vantagens do pregão eletrônico em relação ao pregão presencial .....	24
1.5	Desvantagens do pregão eletrônico em relação ao presencial .....	26
2	BREVE RESENHA HISTÓRICA DO PREGÃO .....	29
3	OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS INFORMADORES DO PREGÃO .....	33
3.1	Importância dos princípios jurídicos para entender o pregão .....	33
3.2	Princípio da isonomia .....	34
3.3	Princípio da eficiência e os subprincípios da celeridade, finalidade, justo preço e seletividade .....	35
3.4	Princípio da legalidade .....	37
3.5	Princípio da vinculação ao edital .....	37
3.6	Princípio da moralidade .....	38
3.7	Princípio da publicidade .....	38
3.8	Princípio da competitividade .....	39
3.9	Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	40
3.10	Princípio do julgamento objetivo .....	41
4	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PREGÃO .....	43
4.1	Relação entre a Lei nº 10.520/02 e a Lei nº 8.666/93 .....	43
4.2	O Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte sobre o pregão .....	44
4.3	Os decretos sobre pregão presencial e eletrônico .....	45
4.4	Relação entre as leis e os decretos .....	45
4.5	Da inconstitucionalidade de parte das normas do Decreto Federal nº 3.555/00 .....	46
4.6	A manifesta inconstitucionalidade da delegação legislativa para a disposição de normas sobre o pregão eletrônico .....	46
4.7	Da abrangência restrita dos decretos federais sobre pregão .....	48
4.7.1	O Decreto Federal nº 3.555/00 e o Decreto Federal nº 10.024/19 somente se aplicam em relação à Administração Federal direta .....	48
4.7.2	O Decreto Federal nº 3.555/00 e o Decreto Federal nº 10.024/19 não se aplicam em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios .....	50
4.8	Da desnecessidade de decreto para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem o pregão presencial .....	51
4.9	Da recepção do Decreto Federal nº 3.555/00 pela Lei nº 10.520/02 .....	51
5	INCIDÊNCIA DO PREGÃO .....	53
5.1	A discricionariedade para a adoção do pregão e sua forma presencial ou eletrônica no âmbito da Lei nº 10.520/02 .....	53
5.2	A obrigatoriedade do pregão eletrônico no âmbito do Decreto Federal nº 10.024/19 .....	54
5.3	Crítica à determinação de obrigatoriedade do pregão eletrônico .....	57
5.4	A jurisprudência do TCU sobre a incidência do pregão eletrônico .....	58
5.5	As justificativas para a utilização do pregão presencial em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024/19 .....	58
5.6	A jurisprudência do TCU sobre a incidência do pregão eletrônico extravasa o Poder Executivo Federal e atinge os demais poderes e o Sistema “S” .....	62
5.7	Obrigatoriedade de adoção do pregão eletrônico por parte de Estados, Distrito Federal e Municípios .....	64
5.8	A não obrigação de licitação ou de pregão por parte de entidades privadas ainda que no uso de recursos federais percebidos por meio de transferências voluntárias .....	64
5.9	O pregão nas estatais .....	67

6	BEM E SERVIÇO COMUM .....	71
6.1	Conceito de bem e serviço comum .....	71
6.2	Bens e serviços especiais .....	78
6.3	A lista de bens e serviços comuns do Decreto Federal nº 3.555/00 .....	79
6.4	A incompatibilidade do pregão com licitações julgadas por critérios que envolvam fator técnico .....	81
6.5	Pregão negativo. Admissibilidade do critério de maior preço.....	82
6.6	Pregão para obras e serviços de engenharia .....	85
6.7	Pregão para serviços de engenharia consultiva: projetos e supervisão de obras .....	93
6.8	Serviços de natureza predominantemente intelectual.....	94
6.9	Locações imobiliárias e alienações.....	95
6.10	A possibilidade de utilização do pregão para a aquisição de bens comuns com a entrega de bens usados como parte do pagamento.....	96
6.11	O pregão como solução para os problemas provocados pelo parcelamento indevido do contrato.....	97
6.12	Pregão para a contratação de bens e serviços de informática .....	98
6.12.1	Bens e serviços de informática .....	98
6.12.2	Bens e serviços de informática qualificados como comuns .....	99
6.12.3	A suposta incompatibilidade entre o critério de julgamento para bens e serviços de informática e o critério de julgamento da modalidade pregão .....	100
6.12.4	Restrição relativa à contratação de bens e serviços de informática que cumpram processo produtivo básico .....	106
6.12.4.1	Inconstitucionalidade da exigência de processo produtivo básico .....	106
6.12.4.2	Entendimento do TCU sobre o Processo Produtivo Básico .....	108
6.12.4.3	Direito de Preferência previsto no Decreto Federal nº 7.174/10 .....	112
6.13	Pregão para promover licitação internacional.....	112
7	AGENTES ADMINISTRATIVOS ENVOLVIDOS NO PREGÃO.....	115
7.1	Síntese comparativa entre a sistemática da Lei nº 8.666/93 e a da Lei nº 10.520/02, no que tange aos agentes administrativos participantes de licitação pública.....	115
7.2	As atribuições e as responsabilidades da autoridade competente no pregão.....	116
7.3	As atribuições e as responsabilidades do pregoeiro .....	121
7.4	As atribuições da equipe de apoio.....	127
7.5	Responsabilidade da equipe de apoio .....	128
8	ETAPA PREPARATÓRIA DO PREGÃO.....	129
8.1	A etapa preparatória do pregão.....	129
8.2	Plano Anual de Contratação, estudo técnico preliminar e termo de referência.....	130
8.3	Abertura do processo de licitação e justificativa da autoridade competente sobre a necessidade da contratação .....	133
8.4	Descrição do objeto .....	134
8.4.1	Previsão de quantitativos.....	136
8.4.2	Concentração ou parcelamento do objeto, adjudicação por itens, por lotes ou pelo preço global .....	137
8.5	Orçamento e previsão dos recursos orçamentários .....	140
8.5.1	Procedimento para realizar o orçamento estimado .....	141
8.5.2	A polêmica sobre a divulgação do orçamento junto com o edital .....	145
8.6	Cumprimento dos incisos I e II do <i>caput</i> do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.....	150
8.7	Definição dos critérios de aceitabilidade das propostas .....	151
8.7.1	Conformidade da proposta com o objeto definido no edital e com as formalidades nele previstas.....	151
8.7.2	Aceitabilidade do preço quanto ao valor máximo .....	151
8.7.3	A confusão em relação ao preço estimado e ao preço máximo .....	153
8.7.4	Aceitabilidade do preço quanto ao valor mínimo: inexecutabilidade das propostas .....	154
8.8	Definição dos requisitos de habilitação em conformidade com a Lei nº 10.520/02 .....	156
8.8.1	Inconstitucionalidade do artigo 3º do Decreto Federal nº 6.204/07 .....	159
8.9	Definição das sanções por inadimplemento .....	160
8.10	Mínuta do futuro contrato .....	161
8.11	Justificativa das definições constantes do edital.....	162
8.12	Definição do prazo de validade das propostas.....	163
8.13	Designação do pregoeiro e da equipe de apoio.....	164
8.14	Aprovação jurídica.....	164
8.15	Assinatura do edital.....	167
9	TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	169
9.1	Licitação destinada exclusivamente às microempresas e às empresas de pequeno porte .....	172
9.2	Licitação com cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte .....	173
10	MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA PRODUTOS NACIONAIS.....	175
10.1	O uso da licitação pública para a promoção do desenvolvimento nacional .....	175
10.2	Discrecionalidade para a aplicação da margem de preferência.....	176

10.3	A definição da margem de preferência .....	177
10.4	Critérios para a definição da <i>margem de preferência</i> .....	178
10.5	Medidas de compensação .....	181
11	<b>PUBLICIDADE DO EDITAL</b> .....	183
11.1	Veículos de divulgação.....	183
11.2	Prazo de publicidade dos avisos de editais.....	185
11.3	Alterações no edital .....	186

## CAPÍTULO 2 PREGÃO PRESENCIAL

1	<b>IMPUGNAÇÃO AO EDITAL</b> .....	191
1.1	Aplicação subsidiária da sistemática de impugnação ao edital da Lei nº 8.666/93 .....	191
1.2	A sistemática de impugnação ao edital disposta no Decreto Federal nº 3.555/00 .....	192
2	<b>ATOS PREPARATÓRIOS AO JULGAMENTO</b> .....	195
2.1	Credenciamento dos licitantes .....	195
2.1.1	Apresentação dos documentos para o credenciamento .....	195
2.1.2	Credenciamento de microempresas e empresas de pequeno porte .....	196
2.1.3	A apresentação de documento para o credenciamento exige o licitante de apresentá-lo novamente junto com o envelope relativo aos documentos de habilitação.....	198
2.1.4	Pluralidade de representantes por credenciado .....	199
2.1.5	Substituição do representante .....	200
2.1.6	Os efeitos do não credenciamento .....	200
2.1.7	A não obrigatoriedade do credenciamento como forma de evitar conluíus .....	203
2.1.8	Documentos a serem apresentados por licitante não credenciado.....	204
2.1.9	Credenciamento de representantes que se apresentam ao pregoeiro depois de encerrada a fase de credenciamento.....	204
2.2	Declaração dos licitantes de cumprirem plenamente os requisitos de habilitação .....	206
2.2.1	Apresentação da declaração por microempresas e empresas de pequeno porte .....	208
2.3	Apresentação dos documentos para o exercício de preferências em relação a bens e serviços de informática.....	209
2.4	Apresentação dos documentos para o exercício da margem de preferência destinada aos produtos e serviços nacionais.....	209
2.5	Apresentação dos envelopes .....	210
2.6	Análise preliminar da aceitabilidade das propostas.....	210
2.6.1	Amostras dos produtos dos licitantes.....	211
2.6.2	Momento devido para exigir as amostras .....	213
2.6.3	Excepcionalidade da avaliação do preço na fase de análise preliminar da aceitabilidade das propostas.....	215
2.7	Diligências.....	216
3	<b>JULGAMENTO DAS PROPOSTAS</b> .....	219
3.1	Considerações introdutórias.....	219
3.2	Critério de julgamento.....	219
3.3	Princípio do julgamento objetivo e o poder de polícia conferido ao pregoeiro.....	220
3.4	Recebimento das propostas escritas .....	220
3.5	Critérios para determinar os licitantes classificados para a próxima etapa do julgamento.....	220
3.5.1	Primeiro critério: o dos 10% (dez por cento).....	221
3.5.2	Segundo critério: o dos três menores preços.....	222
3.5.3	Justificativa para tais critérios .....	223
3.6	Não é necessário número mínimo de licitantes para os lances orais.....	223
3.7	Lances orais.....	225
3.7.1	Os lances orais devem ser decrescentes.....	225
3.7.2	Os lances orais devem ser sequenciais, a partir do autor da proposta de maior preço, em ordem decrescente de valor .....	226
3.7.3	Determinação do vencedor da disputa verbal .....	227
3.8	Poderes do pregoeiro.....	228
3.8.1	O poder do pregoeiro de definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances orais devem ser reduzidos .....	228
3.8.2	O poder do pregoeiro de estabelecer o tempo para o oferecimento dos lances orais.....	229
3.8.3	O pregoeiro não pode impedir que licitante ofereça lance, nem pode limitar o número de lances .....	230
3.9	Críticas à sistemática de julgamento da modalidade pregão .....	231
3.10	Direito de preferência às microempresas e às empresas de pequeno porte .....	233
3.10.1	Procedimento para o direito de preferência em pregão presencial .....	234
3.11	Direito de preferência em licitações de bens e serviços de informática .....	235

4	ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS.....	241
4.1	Desclassificação de propostas de valores excessivos.....	241
4.2	Negociação.....	242
4.3	Desclassificação de propostas inexequíveis.....	244
4.3.1	A importância de análise rigorosa da (in)exequibilidade das propostas.....	244
4.3.2	As dificuldades em desclassificar proposta inexequível na modalidade pregão.....	245
4.3.3	Critérios e procedimentos para a desclassificação de propostas inexequíveis.....	246
4.3.4	O critério para identificação de proposta inexequível previsto no §1º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e sua inaplicabilidade na modalidade pregão.....	248
4.3.5	Desclassificação de proposta em razão da inexequibilidade ou da excessividade de preço unitário.....	251
4.4	Consequências da não aceitação da proposta.....	254
5	HABILITAÇÃO.....	255
5.1	Caracteres e princípios regentes.....	255
5.2	A inversão das fases da licitação.....	256
5.3	Consequências da inabilitação do autor da melhor proposta.....	259
5.4	Consequências da inabilitação de todos os licitantes participantes dos lances orais.....	260
5.5	Saneamento de defeitos de habilitação.....	261
5.6	Comprovação da regularidade fiscal pelas microempresas e empresas de pequeno porte.....	262
6	RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	267
6.1	Síntese da sistemática recursal da Lei nº 8.666/93.....	267
6.2	Sistemática recursal do pregão.....	268
6.3	Indicação na sessão dos motivos do recurso.....	268
6.4	Momento da interposição do recurso.....	270
6.5	Aspectos procedimentais.....	271
6.6	Juízo de admissibilidade pelo pregoeiro.....	271
6.7	Efeitos do recurso.....	275
6.8	Síntese comparativa entre a sistemática recursal do pregão e a das demais modalidades de licitação.....	276
7	FASE INTEGRATIVA DO PREGÃO.....	277
7.1	Ata da sessão.....	277
7.2	A ordem entre adjudicação e homologação.....	278
7.3	Outra inconstitucionalidade do Decreto Federal nº 3.555/00.....	279
7.4	Função da adjudicação e da homologação.....	280
7.5	A anulação ou revogação promovida pela autoridade competente na fase de homologação implica dever de indenização.....	281
7.6	Publicação do resultado da licitação.....	282
8	CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO.....	283
8.1	Consequências da recusa do licitante em assinar o contrato.....	284
9	DISPOSIÇÕES SOBRE O CONTRATO.....	287
9.1	Aplicação integral da Lei nº 8.666/93 em relação aos contratos decorrentes de licitações processadas sob a modalidade pregão.....	287
9.2	Exigência de disponibilidade de recursos orçamentários para a celebração do contrato.....	287
9.3	Publicação do extrato do contrato.....	288
10	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	291
10.1	Considerações gerais.....	291
10.2	A não aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 em relação às sanções administrativas decorrentes de licitações promovidas por meio da modalidade pregão e dos contratos decorrentes.....	292
10.3	Os limites de incidência das sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.....	294
10.4	A desproporcionalidade da incidência da penalidade prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 em relação aos licitantes que deixaram de apresentar documento por mero equívoco.....	296
10.5	Advertência.....	298
10.6	Devido processo legal.....	299
10.7	Princípio da proporcionalidade.....	302
10.8	Efeitos das penalidades sobre contratos firmados anteriormente.....	308
10.9	O dever de aplicar as sanções administrativas.....	310
10.10	A inconstitucionalidade do artigo 14 do Decreto Federal nº 3.555/00.....	310
11	PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO PREGÃO.....	313

12	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NO PREGÃO .....	315
12.1	Considerações gerais .....	315
12.2	Habilitação do consórcio.....	318
13	PREGÃO COMO MODALIDADE PARA PROMOVER REGISTRO DE PREÇOS .....	319
13.1	O que é o registro de preços? .....	319
13.2	Pregão e registro de preços.....	320
13.3	Pregão para registro de preços na área de saúde .....	321

### CAPÍTULO 3 PREGÃO ELETRÔNICO

1	ASPECTOS GERAIS .....	325
1.1	O que é o pregão eletrônico? .....	325
1.2	Legislação sobre pregão eletrônico.....	325
1.2.1	Os decretos sobre pregão eletrônico.....	326
1.2.2	A inaplicabilidade do Decreto Federal nº 10.024/19 à Administração indireta federal .....	326
1.2.3	Normas e orientações complementares do Ministério da Economia .....	327
2	SISTEMA DE INFORMÁTICA .....	329
2.1	Considerações gerais .....	329
2.2	A segurança do sistema.....	330
3	CRENCIAMENTO .....	333
3.1	Peculiaridades do credenciamento no pregão eletrônico.....	333
3.2	Chave de identificação e senha .....	334
3.3	Responsabilidades do licitante.....	335
3.4	Prazo para que o provedor efetue o credenciamento .....	337
3.5	Prazo de validade do credenciamento .....	337
4	REGISTRO CADASTRAL COMO CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PREGÃO ELETRÔNICO .....	339
4.1	O que é o registro cadastral e o que é o SICAF? .....	339
4.2	Obrigatoriedade de registro cadastral no SICAF .....	340
4.3	Conveniência da obrigatoriedade de registro cadastral no SICAF.....	342
4.4	Inconstitucionalidade das normas que prescrevem a obrigatoriedade do registro cadastral no SICAF .....	343
4.5	Sugestão: criação de registro cadastral nacional por meio de lei.....	344
5	PROCEDIMENTOS PRELIMINARES AO JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO .....	347
5.1	Acesso ao sistema de informática .....	347
5.2	A participação se inicia com a apresentação das propostas e documentos de habilitação por parte de todos os licitantes.....	347
5.3	Declaração de conhecimento e atendimento às exigências de habilitação .....	349
5.4	Microempresa e empresa de pequeno porte .....	351
6	FASE DE JULGAMENTO .....	353
6.1	Análise inicial da aceitabilidade das propostas.....	353
6.2	A identificação dos licitantes.....	355
6.3	Amostras no pregão eletrônico .....	356
6.4	Abertura da competição.....	356
6.5	Sistemática para a apresentação dos lances .....	359
6.6	Poderes do pregoeiro no pregão eletrônico.....	361
6.7	Encerramento da etapa de lances na sistemática do antigo Decreto Federal nº 5.450/05.....	361
6.8	O novo modelo de disputa do Decreto Federal nº 10.024/19.....	364
6.9	Utilização de <i>softwares</i> de envio automático de lances (robôs).....	365
6.10	Direito de preferência .....	368
7	ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS QUANTO AO PREÇO.....	371
7.1	Momento apropriado para a análise da aceitabilidade das propostas quanto ao preço .....	371
7.2	Possibilidade de “negociação” .....	371
7.3	Análise da aceitabilidade dos preços .....	372
7.4	Envio de planilha .....	375
7.5	Consequências da não aceitação da proposta.....	376

8	HABILITAÇÃO .....	379
8.1	Procedimento .....	379
8.2	Requisitos de habilitação.....	381
8.3	Consequências da inabilitação do autor da proposta de menor preço .....	382
8.4	Declaração de vencedor .....	383
8.5	Comprovação da regularidade fiscal pelas microempresas e empresas de pequeno porte.....	383
9	POSSIBILIDADE DE RELEVAR DESATENÇÃO À MERA FORMALIDADE E DE SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS.....	385
10	RECURSO.....	391
10.1	Forma para a interposição de recurso.....	391
10.2	Obrigatoriedade de indicar os motivos do recurso na própria sessão.....	392
10.3	Pregoeiro não goza de poderes para exercer juízo de admissibilidade sobre o mérito do recurso.....	393
10.4	Direito dos licitantes à vista dos autos do processo de licitação e à obtenção de fotocópias .....	393
10.5	Resposta ao recurso .....	393
11	ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DESFAZIMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA .....	395
11.1	Adjudicação e homologação.....	395
11.2	Desfazimento do processo de licitação pública .....	395
12	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	397
12.1	Ata da sessão .....	397
12.2	Desconexão do pregoeiro.....	397
12.3	Disposições sobre o contrato administrativo .....	398
12.4	Disposições sobre pregões eletrônicos para registro de preços.....	399
12.5	Disposições sobre a participação de empresas estrangeiras .....	399
12.6	Disposições sobre participação de consórcios .....	400
12.7	Dispensa eletrônica .....	400
13	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	403
14	BOLSA DE MERCADORIA .....	405
	REFERÊNCIAS.....	409